



O ENSINO DE PLANEJAMENTO: rupturas pedagógicas e possibilidades contra hegemônicas (ST 14: ensino, formação e prática em planejamento)

Rafael Corradi

Universidade Federal Fluminense | rafael.corradi91@gmail.com

Thaissa Martins

Universidade Federal Fluminense | thaissamartins@if.uff.br

Camila Gavazzi

Universidade Federal Fluminense | camilagavazzi@id.uff.br

Luíza Campiti Braga

Universidade Federal Fluminense | luizacampiti@id.uff.br

Sessão Temática 14: ensino, formação e prática em planejamento

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar o cenário da educação, especialmente, no que se refere ao planejamento urbano e regional, em meio aos avanços neoliberalistas nas sociedades ocidentais regidas pelo capitalismo, bem como as relações destes para com a estrutura educacional das universidades no Brasil. Desenvolve-se um estudo bibliográfico de propostas didáticas que possam conduzir a uma educação que discuta criticamente as crises sociais e econômicas do nosso tempo, em particular nos cursos de Arquitetura e Urbanismo. Para esta construção, são utilizados os trabalhos de Paulo Freire, bell hooks, Edgar Morin, Milton Santos e Ermínia Maricato, em busca de um diálogo entre a educação e o planejamento urbano e regional. Desse modo, o texto justifica-se ao problematizar os efeitos das crises contemporâneas nas disciplinas de planejamento e encontrar possibilidades para um futuro mais democrático, no contexto aqui formalizado.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Educação; Planejamento Urbano e Regional; Pedagogia Engajada; Transdisciplinaridade.

TEACHING PLANNING: pedagogical ruptures and counter-hegemonic possibilities

Abstract: *The article aims to analyze the education scenario, particularly concerning urban and regional urban and regional planning, midst neoliberal advancements in Western societies governed by capitalism, as well as their relationship with the educational structure of universities in Brazil. We develop a bibliographic study of didactic proposals that can lead to an education critically addressing the social and economic crises of our time, especially within Architecture and Urban Planning courses. This endeavor draws on the works of Paulo Freire, bell hooks, Edgar Morin, Milton Santos and Ermínia Maricato, seeking a dialogue between education and urban and regional planning. Thus, the text justifies itself by problematizing the effects of contemporary crises on planning disciplines and exploring possibilities for a more democratic future within the context formalized here.*

Keywords: *Neoliberalism; Education; Urban and Regional Planning; Engaged Pedagogy; Transdisciplinarity.*

LA ENSEÑANZA DE LA PLANIFICACIÓN: RUPTURAS PEDAGÓGICAS Y POSIBILIDADES CONTRAHEGEMÓNICAS

Resumen: *El artículo tiene como objetivo analizar el panorama de la educación, especialmente en lo que respecta a la planificación urbana y regional, en medio de los avances neoliberalistas en las sociedades occidentales regidas por el capitalismo, así como sus relaciones con la estructura educativa de las universidades en Brasil. Se desarrolla un estudio bibliográfico de propuestas didácticas que puedan conducir a una educación que analice críticamente las crisis sociales y económicas de nuestro tiempo, en particular en los cursos de Arquitectura y Urbanismo. Para esta construcción, se utilizan los trabajos de Paulo Freire, bell hooks, Edgar Morin, Milton Santos y Ermínia Maricato, buscando un diálogo entre la educación y la planificación urbana y regional. De este modo, el texto se justifica al problematizar los efectos de las crisis contemporáneas en las disciplinas de planificación y explorar posibilidades para un futuro más democrático en el contexto aquí formalizado.*

Palabras clave: *Neoliberalismo; Educación; Planificación Urbana y Regional; Pedagogía engajada; Transdisciplinariedad.*

INTRODUÇÃO

Em países ocidentais capitalistas, ou nos quais imperam os ideais neoliberais, as estruturas políticas, sociais, culturais e econômicas são moldadas pelos valores e pelo estilo de vida da classe dominante (Freire, 2022 [1967]). Com relação ao cenário descrito, é preciso levar em consideração que:

O neoliberalismo deve ser entendido não simplesmente como um feixe de políticas econômicas que extraem capital excedente, mas como uma **rede de políticas, ideologias, valores e racionalidades que trabalham em conjunto para alcançar o poder hegemônico do capital** (Brown apud Miraftab 2009 [2003], p. 34, tradução e grifo nosso).

Rolnik (2015) reflete acerca destes avanços neoliberais na contemporaneidade e aponta que no Brasil ocorrem processos de financeirização dos bens comuns, como a habitação, o saneamento, a luz, etc. privatizando-os para transformá-los em mercadoria. Tal movimento gera impactos que formalizam um desenvolvimento desigual no país, visto que, significam o desmonte de políticas públicas, a desestabilização da segurança da posse e um processo de planejamento urbano pautado por injustiças sociais.

Em outras palavras, Milton Santos (1997) explica que neste contexto os países não experimentam uma democracia plena, mas uma democracia de mercado, na qual os governos seguem a ideia de consumo e acúmulo de bens e não ao valor de uso, o que transformou a terra na mercadoria mais valiosa deste sistema, bem como a cidade, suas estruturas, cultura e paisagem. E, portanto, proporciona a cada indivíduo uma condição diferente de acesso à serviços básicos, entre eles a educação, condizentes à sua situação socioeconômica.

Ao analisar a sociedade brasileira neste cenário globalizado, o autor compreendeu que vivemos num mundo de exclusão e desproteção social, gerador de insegurança. Na lógica da competitividade, a cooperação não tem vez e o outro, seja ele empresa, instituição ou indivíduo, é estigmatizado como um obstáculo a ser removido: "Decorre daí a celebração dos egoísmos, o alastramento dos narcisismos, a banalização da guerra de todos contra todos" (Santos, 2022 [2000], p. 71). Esse motor individualista incentivado pelo modelo capitalista é refletido e alimentado também nas relações de poder presentes dentro das universidades, perpetuando uma lógica de desigualdades através da educação.

A reprodução da hierarquia nas relações sociais para a produção de não-letrados é tão importante como para a promoção dos diplomados, já que **a economia necessita de trabalhadores desqualificados** (Lopes apud Zia, et. al., 2014, p. 498, grifo nosso).

Neste sentido, é notório o projeto político que vem sendo implementado aos serviços públicos no Brasil, em meio aos avanços significativos do neoliberalismo. A ideia de uma "sucateação" do ensino vem sendo instaurada, paulatinamente, por meio de cortes de verba, constante desvalorização em contexto midiático, manutenção de uma lógica produtivista quantitativa acima da qualidade acadêmica, baixos salários e bolsas à educadores e pesquisadores e congelamento da remuneração dos técnicos administrativos, entre outros.

Figura 1 e 2: A diminuição de verba nas universidades federais brasileiras.

Universidades federais perdem, em 10 anos, 73% da verba para construir laboratórios, fazer obras e trocar computadores

Universidades federais perderam 83% da verba para investimentos em infraestrutura em 10 anos

Fonte: (1) TENENTE, 2020. (2) CARDOSO, 2024.

Esta descredibilização, politicamente provocada, promove não só ideologias que geram desinteresse com relação aos estudos, em uma parcela da população, bem como incita soluções capitalistas como a privatização das universidades públicas. Mesmo, na atualidade (2024), com um governo de esquerda democraticamente eleito para o país, o qual tem como compromisso políticas públicas voltadas à cidadania, ainda surgem tentativas de privatização da educação, como a notícia que expõe o projeto de lei de cobranças de mensalidades em universidades federais de São Paulo¹.

Figura 3: Reportagem sobre mensalidades em universidades públicas.

Projeto de lei prevê cobrança de mensalidades em universidades públicas de São Paulo

Fonte: PORTAL UNICAMP, 2024.

Figura 4: O plano por trás da privatização das universidades públicas.

Sucateamento de universidades públicas no Brasil é parte de plano para privatizá-las

Processo de desgaste do ensino superior no país seria etapa do projeto de Temer de cobrar mensalidade em federais

Fonte: GONÇALVES, 2017.

Tem-se, ainda, tentativas de enfraquecimento da educação em meio à propostas como a PLC 186/2024, do atual prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, que visam o aumento da carga horária do professor, o corte de direitos como a licença especial de servidores, bem como a alteração no cálculo da hora-aula.

Figura 5: PLC 186/2024, o “pacote de maldades” de Eduardo Paes

EDUCAÇÃO

"Pacote de maldades": Professores do RJ anunciam greve contra medidas de Paes

Fonte: MOTTA, 2024.

A notoriedade e massificação da ideia de “sucateação” e do desmonte da educação, amplamente divulgados pelas mídias jornalísticas, revelam tanto um propósito de promover e naturalizar no grande público as ideias previamente mencionadas, quanto a exposição dos problemas vivenciados pela educação no Brasil, decorrentes da produção capitalista do espaço vigente na maioria das sociedades ocidentais. Situação que aponta para a necessidade de se discutir os possíveis futuros para o ensino no país. Em busca de horizontes pedagógicos que possam romper com estas estruturas neoliberais, que geram pautas políticas voltadas à comercialização dos bens comuns. Assim, afirma-se a importância de resgatar o caráter social e científico do ensino e da pesquisa.

Desse modo, o presente texto discutirá acerca da relação entre o contexto geopolítico elucidado e o ensino de planejamento urbano e regional, que também enfrenta a lógica mercadológica e utilitarista dos bens comuns. Para avaliar a conjuntura do sistema educacional brasileiro, atualmente permeadas pelos avanços neoliberais, iremos estudar o contexto e as estratégias de ensino no âmbito universitário e discutir três conceitos da área da pedagogia. Por meio de um estudo bibliográfico que possibilite compreender possibilidades de didáticas que conduzam a uma educação mais humana e que discutam criticamente as crises sociais e econômicas do nosso tempo. Particularmente aplicados ao ensino de Arquitetura e Urbanismo e em especial as disciplinas de planejamento urbano e regional, por compreender que o planejamento é uma ferramenta essencial para a produção da justiça social. Assim, colocaremos em diálogo os livros “Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade”, de bell hooks², “Educação com prática de liberdade”, de Paulo Freire e “Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios”, de Edgar Morin, autores da área da educação, em conjunto com produções no campo do planejamento urbano e regional para refletirmos: O que podemos mudar no ensino de urbanismo? Tendo como objetivo: urbanidades que configurem um lugar de democracia e cidadania.

As discussões propostas serão apresentadas a partir de dois tópicos: “Neoliberalismo e o Ensino de Planejamento” e “Possibilidades de futuro”, para desenvolver um panorama sobre o cenário educacional atual e o que pode vir a ser a partir da necessidade de modificar a estrutura educacional brasileira. Por último, as considerações finais, trazem luz a possíveis caminhos para o ensino de planejamento urbano e regional, de modo a dialogar com as demandas contemporâneas das cidades e regionais no meio universitário.

NEOLIBERALISMO E O ENSINO DE PLANEJAMENTO

O sistema educacional, na contemporaneidade, está imerso à lógica de privilégios e disparidades em que o neoliberalismo se desenvolve. Todavia, para analisar como isso afeta o ensino de planejamento urbano, é interessante, primeiramente, recuar a como surge a teoria do planejamento. Segundo Hall (2011), até a década de 1950, os planejadores adotavam os métodos analíticos dos engenheiros, já que não havia propriamente uma teoria de planejamento urbano. Os objetivos eram desenvolvidos intuitivamente com base nos valores do planejador, que eram considerados “expert” e “apolítico”. No entanto, tal quadro se modifica a partir do boom econômico e populacional pós-Segunda Guerra, com novas demandas sociais, que fizeram com que as cidades e o planejamento necessitassem de novas soluções. Na década de 1960, o planejamento deixa de ser considerado uma arte baseada em conhecimento pessoal e passa a ser uma atividade científica. Cidades e regiões passaram a ser vistas então como sistemas complexos, em oposição ao *modus operandi* anterior, que buscava a homogeneização, controle e monitoramento destas.

Assim, ainda segundo o autor, uma visão física e estética da cidade foi substituída por uma visão socioeconômica, e o planejamento deixa de ser “estado final” para ser “processo”. O planejador estava envolvido com duas atividades diferentes: como um cientista social, analisando a realidade; e como designer, agindo para mudar a realidade - o que está sujeito a desejos e objetivos que nascem de negociações complexas entre diferentes profissionais, políticos e público. Fica evidente que os problemas do planejamento não são claros, são múltiplos e por vezes contraditórios. O balanço de custos e benefícios é difícil de quantificar, tornando complexa a objetividade científica.

Então, como formular uma teoria do planejamento? Como ensinar a atuar em meio tão submetido a geometrias de poder profundamente desiguais? Como fazer com que o ensino de planejamento abarque a complexidade das cidades contemporâneas e como fazer com que o planejamento não caia na dicotomia utópico x subordinado? São perguntas difíceis de responder justamente porque dialogam com as contradições do capitalismo, que impactam especialmente o campo do planejamento devido a sua escala.

Nesse sentido, podemos começar nossa investigação com a pesquisa de Rovati (2013), que analisa os Programas de Pós-Graduação nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e de Planejamento Urbano e Regional no Brasil. Nela, é possível identificar como o campo do urbanismo tende a se concentrar epistemicamente numa vertente produtivista, desembocando em proposições, projetos, planos e desenho urbano: “A natureza do campo disciplinar do urbanismo teria uma espécie de praxis cujo compromisso e referências desembocam necessariamente em produto propositivo projetual” (Schvarsberg, 2018). Isso corresponde em grande parte ao modelo de planejamento urbano desejado no mercado de trabalho, objetivo e fechado à possibilidades de mudança, burocrático em seus processos.

Outrossim, Zia et. al. (2014), evidenciam que um dos grandes problemas relativos ao ensino do planejamento urbano caracteriza-se de forma mais ampla, sendo gerado por um “sistema

centralizado, formal e rígido de educação”, consequência de uma sociedade marcada pela fragmentação das áreas de conhecimento e pela divisão de trabalho (Zia, et. al. 2014, p. 494). Essa fragmentação constitui-se de uma herança epistemológica colonial, que depreende o mundo da vida, integrado, interdependente, em “ilhas” isoladas entre si. Ainda segundo a autora, essa colonização do cotidiano, quando aplicada ao espaço, tem um efeito de representá-lo de maneira que reflete as tendências da globalização e da neoliberalização, bem como perpetua a maneira como o Estado lida com “problemas urbanos”. Assim, é estimulado um planejamento de cima para baixo onde a participação da população, senão inexistente, é pouco incentivada. “Dentro das estruturas do capitalismo e da política neoliberal, a educação é regulada pela divisão social de classes” (Zia, et. al. 2014, p. 498).

Pela perspectiva da pedagogia, os estudos de Paulo Freire, na década de 1960, analisam o método de educação no Brasil e ressaltam que o modelo local ainda seguia os padrões colonizadores, mesmo mais de 100 anos após a independência do país. O autor explica que,

(...) a consciência dos intelectuais brasileiros ou da grande maioria daqueles que pensavam e escreviam dentro do Brasil tinha como ponto de referência tanto para o seu pensar como para a própria avaliação do seu pensar a realidade do país como um objeto do pensar europeu e depois norte-americano. **Pensar o Brasil, de um modo geral, era pensar sobre o Brasil de um ponto de vista não brasileiro.** Julgava-se o desenvolvimento cultural do Brasil segundo critérios e perspectivas nos quais o país era necessariamente um elemento estrangeiro. É evidente que este era fundamentalmente um modo de pensar alienado (Freire, 2022, p. 129 grifo nosso).

Situação que, a nosso ver, pouco se modificou nos últimos 80 anos, pois essas críticas do educador ainda são pertinentes à realidade do ensino brasileiro. Em outras palavras, dentro do sistema de ensino, as questões relativas à sociedade e seu tempo são captadas, interpretadas e apresentadas para os demais cidadãos por um grupo hegemônico que prioriza perspectivas de mundo importadas e que “as entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida”, com propósitos domesticadores, alienantes e massificadores, para moldar um homem-objeto, indivíduos que não refletem sobre o seu tempo e o seu mundo e os levam a uma posição de inautêntica sabedoria (Freire, 2022 [1967], p. 60).

Neste debate, Freire (2022 [1967]) e hooks (2017) descrevem esse método de educação consolidada no país enquanto uma “educação bancária”, uma forma passiva de educação, que não desenvolve um olhar crítico e interligado com a realidade, uma pedagogia “baseada na noção de que tudo o que os alunos precisam fazer é consumir a informação dada por um professor e ser capazes de memorizá-la e armazená-la” (hooks, 2017, p. 26). A perpetuação desse “conhecimento” memorizado, que não exige a elaboração e reelaboração do mesmo, têm conduzido a população brasileira à passividade perante as regras impostas por grupos hegemônicos.

Ou seja, a formação de homens-objeto resulta num processo que dirige as pessoas ao anonimato da padronização e, conseqüentemente, à impotência perante as crises na urbanidade à sua volta — territoriais, ambientais, sociais, políticas, etc. — “o homem

moderno está [encontra-se] esmagado por um profundo sentimento de impotência que o faz olhar fixamente e, como que paralisado, para as catástrofes que se avizinham” (Freire, 2022 [1967], p. 60-61, grifo nosso).

Essas circunstâncias, que impõem ao humano um papel passivo e domesticado apontam para uma metodologia assistencialista e antidialógica. Para Freire (2022 [1967]), o perigo reside justamente nesta natureza antidialógica, por ser uma conduta educacional que implica uma relação vertical do docente sobre o discente e que não cria, nem aprimora, neste o interesse pela pesquisa, pela análise ou revisão das informações. Isso significa que não oferece condições para abrir sua consciência ou desenvolvê-la de forma cada vez mais crítica, pelo contrário, intensifica a construção de um homem-objeto.

Em suma, a educação bancária é centrada na palavra de cima para baixo, o docente enquanto único detentor do conhecimento e na enfadonha memorização e repetição de critérios estrangeiros, que se afirma como uma metodologia cientificamente neutra e apolítica. Quando na verdade, conforme demonstrado por Freire (2022 [1967]), é o projeto de uma educação censurada, promovida por iniciativas conservadoras que colonizam mentes e corpos e dificultam a formação de indivíduos capazes de uma leitura crítica do mundo e da cidade em que habitam, ou seja, um método com propósito e viés político definido e unilateral.

Em meio aos avanços neoliberalistas, é possível perceber, ainda, a dominação das elites quando se trata de educação, em especial no planejamento urbano. São diversos os mecanismos: a privatização de instituições públicas, a diminuição de implementação de políticas públicas, especialmente os referentes à redistribuição de renda, bem como a manutenção da pobreza devido à concentração de renda nas mãos de poucos. Como afirma a cientista política Sonia Fleury:

A privatização, a financeirização dos serviços públicos urbanos essenciais, sobretudo aqueles que constituem o acesso à cidadania urbana; [...] e o desmonte das políticas públicas estão fundamentalmente vinculados à desproteção social aos mais vulneráveis (Fleury, 2019, p.25).

A seletividade da informação favorece a estratégia que limita o senso crítico da população e, por consequência, sua força política, em especial, dos que se encontram em maior vulnerabilidade.

Hoje, sob influências conservadoras e, por vezes, ideologias religiosas, as políticas neoliberalistas são difundidas no Brasil e seu reflexo na educação se faz presente em ações como o Novo Ensino Médio (Brasil, 2017), que conta com a diminuição da carga horária de disciplinas tradicionais, como história, geografia e sociologia, as quais são ferramentas fundamentais para a formação do senso crítico dos estudantes brasileiros.

Nesse sentido, ao analisar o desastre acometido pela globalização do neoliberalismo (Maricato apud Davis, 2006), compreende-se a relação deste para com a atual circunstância educacional, no que se refere, especialmente, ao planejamento urbano e regional. A seguir,

tem-se como objetivo a proposição e o debate acerca de possíveis diretrizes e soluções para um futuro na educação e no planejamento urbano no país.

POSSIBILIDADES DE FUTURO

[...] o planejamento urbano é necessário para assegurar justiça social e a reposição dos pressupostos ambientais naturais para o assentamento humano. **Não há como vislumbrar um futuro melhor para as cidades brasileiras sem planejamento** (Maricato, 2002 [2000], p.178, grifo nosso).

Neste trecho, Maricato nos provoca a refletir como o planejamento urbano e regional é essencial para superar as crises urbanas e ambientais contemporâneas e, conseqüentemente, vislumbrar um futuro melhor para a humanidade. Além disso, a partir das questões expostas anteriormente, compreendemos a necessidade de romper com a lógica neoliberal e construir uma justiça social não só na prática profissional, mas principalmente no ensino, na pesquisa e na extensão.

A necessidade de uma reforma de pensamento é muitíssimo importante para indicar que **hoje o problema da educação e da pesquisa encontram-se reduzidos a termos meramente quantitativos: “maior quantidade de créditos”, “mais professores”, “mais informática”**. Mascara-se, com isso, a dificuldade-chave que revela o fracasso de todas as reformas sucessivas do ensino: não se pode reformar a instituição sem ter reformado previamente os espíritos e as mentes, mas não se pode reformá-los se as instituições não forem previamente reformadas (Morin, 2007 [2002], p.75, grifo nosso).

Assim, como afirma Morin, acreditamos que para que ocorra uma mudança nos discursos, teorias e práticas no urbanismo é importante pôr luz sobre uma reforma da educação, na qual se impulse a construção do pensamento crítico sobre as realidades presentes no contexto brasileiro, a partir de metodologias pedagógicas dialógicas e políticas. E que, ainda, em especial para o planejamento urbano e regional, sejam aplicadas de modo transdisciplinar devido às correlações e efeitos que uma disciplina e/ou campo do conhecimento têm sobre as outras no contexto urbano.

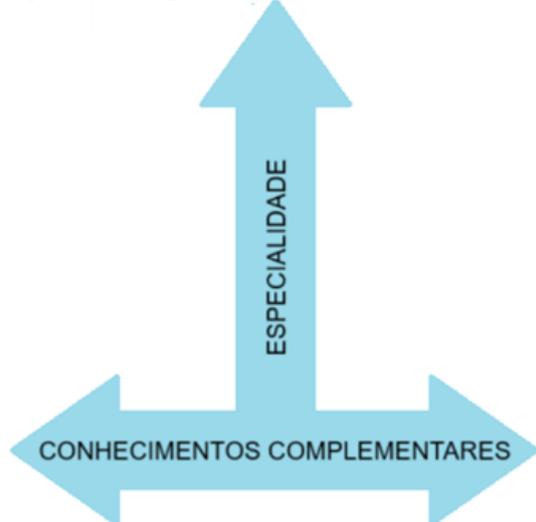
RELIGAR OS CONHECIMENTOS PELA TRANSDISCIPLINARIDADE

Ao analisar a prática pedagógica, Morin (2007 [2002]) percebe a proeminência da hiperespecialização no contexto brasileiro no início dos anos 2000 e problematiza seus efeitos à ciência e ao ensino. Ele critica o método fragmentado de transmissão dos conhecimentos no sistema educacional, que acarretam na compartimentação dos saberes e na soberania de uma área sobre alguns temas e conceitos.

Recentemente, na década de 2020, essa conjuntura está se transformando — em especial nos campos da gestão, educação, tecnologia da informação, ciência de dados, segurança da informação e afins — ao se destacar a formação em “T”. Um conceito que propõe o desenvolvimento do conhecimento avançado em um tema, representado pela haste mais

longa do “T”, típico da hiperespecialização, aliado à formação em áreas complementares que permitam colaborar e se conectar com o tema de interesse, retratado pela haste horizontal do “T”. Uma ideia iniciada por David Guest na década de 1990, em um artigo publicado no “Journal of Managerial Psychology” (Shymansky, 2016).

Figura 6: Formação em “T”.



Fonte: Autor, 2024.

Estas situações abarcam também o planejamento urbano e regional, por exemplo nas turmas dos cursos de pós-graduação, seja pela hiperespecialização em uma área do conhecimento — típico dos cursos de mestrado e doutorado — ou pela diversidade de formação dos discentes — Arquitetos, Geógrafos, Advogados, Economistas, Cientistas Sociais, Historiadores, Engenheiros, etc. Afinal, este campo precisa desta pluralidade de vocações para ser elaborado e produzido e, portanto, demanda maior estudo dos seus profissionais.

Contudo, esta nova tendência também sofre dos apontamentos de Morin (2007 [2002]), pois o autor contesta a fragmentação do conhecimento, o que a pluriespecialização da formação em “T” também gera, ao enfatizar a formação de especialista que possam resolver, por si só, questões ou problemas que lhes são pertinentes. A perspectiva do autor é de que este problema prejudica a coerência no sistema educacional, ao dificultar o entendimento dos problemas complexos do mundo contemporâneo. O que, para ele, é devastador tanto para a educação quanto para a ciência. Em vista disso, Morin demonstra a necessidade de uma reforma do pensamento na academia brasileira e sugere a utilização de metodologias baseadas na transdisciplinaridade, mas antes de avançar sobre os conceitos é importante distinguir o que ele entende por cada um dos termos a seguir:

- Interdisciplinar é a reunião de diferentes disciplinas, na qual cada uma afirma seus pontos e perspectivas, o que ele coloca como direitos e soberanias, em relação às áreas vizinhas. É uma forma de troca e/ou cooperação;
- Polidisciplinar é uma associação de diversas disciplinas em torno de um projeto ou objeto em comum. É um modo delas colaborarem para resolver um problema, porém com

uma meta e tempo definidos, sem ultrapassar, pelo menos não em definitivo, as soberanias e autoridades de cada área;

- Transdisciplinar é uma abordagem que ultrapassa as fronteiras das disciplinas acadêmicas em busca de uma compreensão da realidade. É uma construção do saber pautada pela integração e correlação de causas e efeitos.

Para o autor, “a missão primordial do ensino supõe muito mais aprender a religar do que aprender a separar”, é essencial religar os conhecimentos para criar uma visão integrada da complexidade da realidade e, acrescenta ainda, que “simultaneamente é preciso aprender a problematizar” (Morin, 2007 [2002], p. 68).

Para que servem todos os conhecimentos parcelares se não os confrontarmos uns com os outros, a fim de formar uma configuração capaz de responder às nossas expectativas, necessidade e interrogações cognitivas? (Morin, 2007 [2002], p. 51).

Assim, de modo a romper com estas fronteiras acadêmicas e científicas, o autor propõe que o sistema educacional assuma uma postura transdisciplinar, porque ela tem o papel de reconectar os conhecimentos, ao transcender os conteúdos de um curso em busca da compreensão do que está entre, dentro e além das disciplinas. Algo que, para ele, não se atinge com ensinamentos pautados por propostas inter ou polidisciplinares, menos ainda por métodos com campos isolados. Pelo contrário, esses reforçam as fronteiras ao invés desmoroná-las.

A sobreposição de problemas de uma ciência para outra é auxiliada pela circulação de conceitos, da formação de disciplinas híbridas, pois os saberes também têm pertinência fora das áreas que nasceram, mas que não podem se automatizar (Morin, 2007 [2002], p. 42).

Esta metodologia ajuda a lidar com questões que não estão dentro de uma única área do saber, ao promover a integração entre ciências naturais, sociais, humanidades e até dimensões espirituais e filosóficas. E, ela reconhece que o conhecimento é incerto, incompleto e faz com que ambos interajam com as certezas, porque entende que isso faz parte do processo de aprendizagem. Por isso, permite novas formas de pensar e explorar as conexões entre os campos do saber (Morin, 2007 [2002]).

Particularmente, no planejamento urbano e regional, é comum ouvir em ambiente acadêmico que este é um campo interdisciplinar, afinal, como mencionado anteriormente, ele agrega saberes de áreas distintas. Porém, como visto nas explicações de Morin, esse método é insuficiente para romper as barreiras entre os diversos campos do saber e as consequentes incoerências, teóricas, práticas e burocráticas, que elas geram. Portanto, as implicações a uma área plural como o planejamento são profundas e numerosas, e afetam não só a formação acadêmica, mas, também, a forma com que os profissionais percebem, analisam e projetam as cidades e regiões.

Isso, ainda sem considerar as aplicações mal sucedidas desse método interdisciplinar nas universidades brasileiras, fruto da falta de tempo para elaborar disciplinas híbridas, para

avaliar a evolução dos discentes e do seu pensamento crítico, da acomodação ao modelo atual, da pressão por produtividade (proveniente das próprias instituições de ensino), de desentendimento entre os docentes, entre outros problemas.

Apesar de enfrentar algumas destas questões sistêmicas e estruturais, o método transdisciplinar apresentado por Morin tem em si uma chave dialógica que possibilita vencer a estes entraves, junto a outros de ordem pessoal e social, entre instituição, professores e estudantes. Pois, parte de uma proposta aberta à construção coletiva, não só do programa da disciplina como também dos conhecimentos gerados em aula, a partir das ferramentas e condições disponíveis em cada contexto.

ESTIMULAR O PENSAMENTO CRÍTICO

As análises de Paulo Freire à academia brasileira, descritas anteriormente, também levaram o autor a apontar a necessidade da implementação de um sistema completamente novo de educação para o país. Porque, ele percebeu que o modelo de educação bancária, vigente no país ainda na atualidade, serve unicamente aos interesses da elite, colonizar mentes e corpos dos cidadãos, para moldar homens-objeto incapazes de refletir criticamente sobre o seu tempo e o seu mundo e, assim, tornando-se impotentes perante as situações globais da vida (Freire, 2022 [1967]).

Processo este que também é corrente no campo do planejamento urbano e regional, por meio das políticas públicas e das práticas de planejamento. Historicamente, no Brasil, o desenvolvimento de ambos sempre foi pautado em modelos Europeus ou Estadunidenses, ou, então, solicitados diretamente a profissionais destas localidades. O Rio de Janeiro, por exemplo, teve sua primeira transformação urbana planejada, o Plano Perera Passos em 1903, espalhada no modelo Parisiense de Haussmann, o plano seguinte, em 1965, foi elaborado pelo arquiteto e urbanista grego Constantino Doxiadis (Villaça, 1999) e, para encurtar, nas últimas três décadas a cidade tem se inspirado nas estratégias Catalãs (Espanha) em torno do marketing urbano dos grandes projetos urbanos e dos megaeventos, como as Olimpíadas de 1992 (Arantes, Vainer e Maricato, 2002 [2000]; Sánchez, 2004; Compans, 2005).

Consequentemente, se reflete no âmbito acadêmico, propagando estes modelos de governança urbana, planejamento estratégico, marketing urbano e cidades inteligentes, como formas de se planejar as cidades e as regiões brasileiras. Assim, concebe profissionais tecnicistas que só reproduzem modelos, mas não dialogam ou colaboram com as comunidades afetadas para compreender os problemas, necessidades e potencialidades específicas de cada localidade ou região do Brasil.

A partir de suas reflexões, Freire desenvolveu a Pedagogia como Prática de Liberdade (2022 [1967]), uma metodologia que concentra esforços para estimular o pensamento crítico dos estudantes, para que sejam capazes de resistir ao ceticismo, as falácias publicitárias, aos discursos das elites e outros métodos domesticadores de consciência. Que confere aos cidadãos uma noção ou até uma intimidade perante os problemas do seu tempo e espaço,

que lhes possibilitem a discussão de sua problemática e sua inserção na mesma. Em outras palavras, uma forma de educação que incentiva as pessoas a pesquisa e as predispõe a constante revisão das informações em sua vida, por meio de análises críticas das percepções, opiniões e conceitos, tanto de si mesmos quanto de terceiros.

A sistematização elaborada pelo professor traça três procedimentos necessários para instrumentalizar os estudantes para que resistam ao desenraizamento que a civilização industrial, atualmente neoliberal, expõe os brasileiros devido às perspectivas colonizadoras que fragmentam os conhecimentos acadêmicos e científicos.

a) método ativo, dialógico, crítico e criticizador; b) modificação do conteúdo programático da educação; c) uso de técnicas como a da redução e da codificação (Freire, 2022 [1967], p. 141).

Neste texto vamos nos abster dos itens B e C, porque apesar de contribuírem ao sistema e as ferramentas educacionais são estruturas singulares a cada nível de ensino, instituições e até a cada sala de aula. Já o item A, é a base teórica sob a qual podemos compreender os fundamentos da Educação como Prática de Liberdade, e as implicações do desenvolvimento da consciência crítica nos estudantes de arquitetura e urbanismo.

Este método oferece instrumentos dialógicos como as experiências de debate, a análise dos problemas e de seus princípios causais, a testagem dos dados coletados e outros recursos que propiciem condições para a participação efetiva dos estudantes no processo de aprendizagem. Os quais os conduzem a segurança em sua argumentação, a prática do diálogo e não da polêmica, a se despir de preconceitos em suas análises, a receptividade do novo e sua relação com o antigo, a evitar deformações em seus resultados e a importância de se dispor às revisões.

Por meio destas, os estudantes de cursos de planejamento podem aprender a analisar criticamente os modelos globalizantes vigentes no Brasil desde sua origem e compreender suas responsabilidades sociais, políticas e profissionais. Assim, ganhando ingerência sobre os processos científicos — analisar, testar, debater e revisar — mas não em busca de um modelo perfeito e replicável de planejamento e, sim, das propostas mais adequadas para cada região ou localidade, por meio de processos alternativos dialógicos entre as diversas instâncias da sociedade.

CONSTRUIR UMA COMUNIDADE DE APRENDIZADO

Na mesma linha de Freire, bell hooks (2017) afirma existir predominantemente, na academia, uma educação que se associa a clausura do pensamento, a qual “reforçar uma dominação” — a imposição e predominância de um único modo de pensar, a partir de uma transmissão conceitual não dialógica, que enfatiza o professor como sendo o único detentor do conhecimento. Em contrapartida, ela nos convida a pensar e assumir um processo educacional que torne o ensino uma “prática libertadora” (hooks, 2017, p. 12), sendo um

método ativo e dialogal, no qual a sala de aula seja concebida enquanto: entusiasmo, comunidade de aprendizado e vinculado com a realidade dos que a compõem.

O primeiro paradigma a se romper, é assumir que a sala de aula e a prática pedagógica devem caminhar juntos com o entusiasmo, admitindo que o prazer tem um papel fundamental no ensino. Esse argumento esbarra com os educadores mais conservadores, porque muitos associam que a empolgação perturba a seriedade do processo de aprendizagem, quase assumindo que aprender necessariamente precisaria passar por uma atmosfera tediosa (hooks, 2017). Em outras palavras, hooks assume que “entrar numa sala de aula de faculdade munida da vontade de partilhar o desejo de estimular o entusiasmo era [é] um ato de transgressão” (hooks, 2017, p. 17, grifo nosso), pois diverge com a lógica de práticas didáticas fixas e absolutas, indo de encontro com a flexibilidade de mudança de caminhos e a espontaneidade no decorrer do ensino.

Benoit Mandelbrot diz que “uma das ferramentas mais poderosas da ciência, a única verdadeiramente universal, é o contra-senso manejado por um investigador de talento” (apud Morin, 2007, p. 43), ou seja, que é importante considerar a desordem nas teorias científicas, ao invés de expulsá-la. Aplicado a sala de aula, este pensamento descreve que para formar pensadores capazes de refletir crítica e integralmente entre as múltiplas relações entre ordem e caos, é essencial que as vozes dos discentes também sejam ouvidas, que a universidade seja um espaço seguro para o compartilhamento de pontos de vista, questionamentos e experiências pessoais dos estudantes (Morin, 2007 [2002]).

Para que essa mudança de perspectiva aconteça, hooks (2017) defende que é necessário reconhecer que a sala de aula é o espaço para construção de uma comunidade de aprendizado — um grupo que compartilha experiências de vida ao longo do processo de educação. Uma vez que, entendesse que o entusiasmo está diretamente associado com o interesse que temos nos assuntos discutidos e nas pessoas que estão à nossa volta. Então, a educação como recurso para a liberdade individual é possível a partir do reconhecimento das particularidades de cada estudante e do(s) professor(es). Porque, reconhecer o diferente, ao ouvir, ponderar e aceitar ideias e perspectivas distintas, traz paralelos com o devido processo científico — assim como o conceito de ensino transdisciplinar de Morin (2007 [2002]) — e abre caminhos para imaginários de futuros, tanto no ensino quanto no planejamento, mais justos, respeitosos e democráticos, frente às múltiplas realidades presentes nas cidades contemporâneas. Assim, é possível conduzir os educandos à sua integração, ou reintegração com a realidade e, também, promover uma estrutura educacional para o desenvolvimento do pensamento autêntico, que os faça captar as contradições das informações à sua volta. Justamente o oposto do processo corrente na educação brasileira, que lhes sujeitam a discursos e ideias massificadoras e alienantes, que os veem apenas como um paciente do processo de aprendizagem e não como sujeitos. Portanto, assumir o lugar do ensino enquanto um espaço comunitário, com a construção de relações horizontais é:

Reconhecer permanentemente que **todos influenciam a dinâmica da sala de aula**, que todos contribuem. Essas contribuições são recursos. Usadas de modo construtivo, elas promovem a capacidade de qualquer turma criar uma **comunidade aberta de aprendizado**. Muitas vezes, antes de o processo começar, é preciso desconstruir um pouco a noção tradicional de que o professor é o único responsável pela dinâmica da sala (hooks, 2017, p.18)

Assumir essa ruptura como o ensino hegemônico no planejamento, é reconhecer que todos têm papel fundamental no processo de construção da cidade, uma vez que a aprendizagem ultrapassa os limites da sala de aula e da universidade. Que a experiência de se educar é integral e, portanto, não pertence unicamente aos saberes teóricos, mas também aos vivenciais e territoriais. Visto que, são fruto do ser e estar na cidade, assim sendo, o cotidiano é indissociável do estudo acadêmico, em especial neste campo, e apresenta o mesmo grau de importância dos conteúdos fornecidos dentro das instituições de ensino.

Os praticantes ordinários das cidades atualizam os projetos urbanos e o próprio urbanismo, através da prática, vivência ou experiência dos espaços urbanos. Os urbanistas indicam usos possíveis para o espaço projetado, mas são aqueles que o experimentam no cotidiano que os atualizam. São as apropriações e improvisações dos espaços que legitimam ou não aquilo que foi projetado, ou seja, são essas experiências do espaço pelos habitantes, passantes ou errantes que reinventam esses espaços no seu cotidiano (Jacques, 2008, grifo nosso).

Então, bell hooks (2017) se afasta da construção de um ambiente educacional hierárquico para dar voz a um ideal horizontalizado de ensino, no qual a pedagogia engajada estimula que tanto os estudantes quanto o educador, afinal ambos são afetados pelo processo de ensino, sejam críticos e criativos, que se comprometam a atuar constantemente de forma integral e autoatualizada — o conceito se refere à disposição natural do indivíduo de desenvolver suas capacidades pessoais para realizar seu potencial ou a possibilidade de ajustar-se frente às demandas vivenciadas, sendo a forma de realizá-la específica para cada pessoa —, com objetivo de promover o bem-estar de todos os envolvidos no processo de aprendizagem e, assim, se tornem participantes profundamente ativos da educação.

Logo, é uma educação para o humano-sujeito e não o humano-objeto, que não o faz acessório de uma única verdade, mas um sujeito que se esforce para construir conjuntamente com outros sujeitos as suas interpretações da realidade. Paralelo ao conceito de Jaspers, de que o humano somente chegará a ser ele mesmo quando os demais também cheguem a ser eles mesmos, sendo que, para tal, o diálogo é o caminho indispensável, “não somente nas questões vitais para nossa ordenação política, mas em todos os sentidos do nosso ser” (Jaspers apud Freire, 2022 [1967], p. 141).

Em suma, bell hooks (2017) propõe que o papel fundamental do educador é dialogar de forma ativa com o educando sobre as situações concretas do seu entorno, numa atitude de interesse no que se pode aprender, nunca exclusivamente a oferecer-lhe. Que a educação não pode ser feita de cima para baixo, mas de dentro para fora. E, por isso, que a educação integral oferece instrumentos dialógicos para desenvolver nestes a consciência crítica, em diálogo com Paulo Freire. Os quais, colocam os alunos em experiências de debate, de análise de

problemas e outros que lhes propiciem condições para uma verdadeira participação dentro e fora de sala de aula. Assim, compreenderão suas responsabilidades sociais e políticas, ganharão ingerência sobre seu destino e dos locais que frequentam, trabalho, escola, clube, associações, sindicatos, agremiações, grupos, sociedades, templos religiosos, ONGs, bairros, cidades, enfim, da sua vida e de sua comunidade por meio de uma participação atuante.

A MUDANÇA HÁ DE VIR DOS PROFESSORES

Contudo, se compreende as dificuldades de uma mudança profunda na estrutura do sistema de ensino, seja o alinhamento entre políticas e gestores políticos, o orçamento, o planejamento e até o tempo que isso exigiria. Por isso, os autores acreditam que para isso a contribuição precisava ser implementada na sociedade brasileira, pelos professores e outros profissionais voltados à melhoria das condições de vida da sociedade (Freire, 2022 [1967]).

Que fique bem entendido: **a reforma deve originar-se dos próprios professores e não do exterior**. Pode ser estimulada por eles. Cito-lhes a frase de um filósofo cujo nome não será aqui referido: é preciso que o corpo docente se coloque nos postos mais avançados do perigo que constitui a incerteza permanente do mundo (Morin, 2007, p. 37, grifo nosso).

Logo, bell hooks (2017) descreve que é importante que os professores compreendam o compromisso político, social e cultural de sua atuação na formação dos estudantes e que, portanto, estejam dispostos a se autoatualizar — rever os conceitos sob os quais se formaram, estudar constantemente novos dados, teorias e metodologias e a reconsiderar as estratégias que empregam com suas turmas. Assim como, a propor métodos de ensino mútuo, numa dialética entre docente e discente, para construir juntos uma comunidade de aprendizado, na qual todos estejam comprometidos com uma educação engajada, individual e coletivamente, que supere as paredes da sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises do cenário da educação brasileira, aqui realizadas, demonstram a associação entre o modelo político econômico neoliberal e a metodologia do ensino em planejamento urbano e regional, os quais se refletem na prática profissional, mas não condizem com as realidades sociais e culturais. Consequências da matriz colonial imposta no país, que produziu desigualdades territoriais e, atualmente, as conservam por meio de um sistema de educação que provoca a separação entre corpo e razão, cérebro e espírito, ciência e vivência.

Para compreender a(s) raiz(es) dessas questões, buscou-se por teorias no campo na pedagogia, área que, historicamente, reflete sobre as problemáticas da educação e que o Brasil é tido como referência internacional. Porque, entende-se que as soluções metodológicas propostas por este campo podem auxiliar a formar planejadores mais reflexivos, conscientes e, conseqüentemente, produzir planos urbanos e regionais mais científicos — tal qual deveria ser, aberto a questionamentos, propostas, testagens e revisões.

A partir dos conhecimentos da pedagogia, Paulo Freire nos esclarece que as convenções da educação bancária no sistema de ensino sufocam a vocação natural do ser humano, um ser que estabelece relações complexas e não apenas a reprodução de padrões memorizados e sem profundidade. Morin acrescenta que a fragmentação do conhecimento científico, por meio do ensino com disciplinas isoladas, prejudica a coerência do sistema educacional, porque dificulta o entendimento dos problemas complexos do mundo contemporâneo e produz uma soberania de algumas áreas sobre determinados temas e conceitos científicos. E, complementarmente, bell hooks expõe que o desinteresse da população pela educação é, em parte, fruto deste sistema de ensino impositivo, no qual o professor é o único detentor do conhecimento e, portanto, o único com voz ativa em sala de aula.

A hipótese destes autores é de que para solucionar estas questões, é necessária uma reforma do sistema educacional brasileiro. Para isso, eles propõem metodologias que possam desenvolver o pensamento crítico nos estudantes (Freire, 2022 [1967]), agregar os saberes das diversas áreas da ciência (Morin, 2007 [2002]) e promover o diálogo entre as experiências dos discentes e do(s) docente(s) (hooks, 2017). Assim, os discentes podem desenvolver ferramentas para refletir por si mesmos e analisar as complexidades das questões contemporâneas. Em particular ao planejamento urbano e regional, ensinar os estudantes a ponderar sobre as problemáticas específicas de cada contexto e a dialogar com as populações de cada território — o que envolve não só explicar as propostas, mas também ouvir, negociar e incluir as questões locais no projeto.

Porém, é preciso acrescentar que compreendemos a complexidade desta proposta e, conseqüentemente, o tempo que ela demandaria. Por isso, os autores também descrevem que a contribuição inicial precisa partir dos professores, que esses compreendam o compromisso político, social e cultural de sua profissão e, assim, atuem de forma autoatualizada e implementem metodologias ativas, cientificamente políticas, transdisciplinares e dialogais em suas práticas profissionais.

Junto a isso, podemos concluir que a mudança no modo de ensinar é uma iniciativa coletiva de transgressão ao sistema vigente. Pois, se entende que é necessário defender e disseminar este conceito de uma educação corajosa, que contesta o direito à participação do sujeito comum nas decisões da sociedade e que propõe ao povo a reflexão sobre si mesmo, seu tempo, suas comunidades e suas responsabilidades.

Neste sentido, a relação entre pedagogia e planejamento discutida neste artigo, reflete sobre a necessidade da reestruturação dos cursos de planejamento urbano e regional e as metodologias que podem contribuir com este sistema e com os educadores destas disciplinas. E, assim, produzir profissionais que utilizem as devidas práticas científicas para refletir integral e criticamente sobre os problemas contemporâneos, muitos desses provenientes do neoliberalismo, porque possibilitam tanto ao docente quanto aos discentes perspectivas mais amplas, seja política ou cientificamente, das possibilidades de ação para combater as desigualdades territoriais e proporcionar cidades e regiões mais justas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Federal nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as leis nºs 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 11.494, que regulamenta o fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação (...) e revoga a lei nº 11.161, que institui a política de fomento à implementação de escolas de ensino médio em tempo integral. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13415&ano=2017&ato=115MzZE5EeZpWT9be>. Acesso em: 30 nov. 2024.

CARDOSO, Giovana. **Universidades federais perderam 83% da verba para investimentos em infraestrutura em 10 anos**. R7. Brasília: 29 ago. 2024. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/universidades-federais-perderam-83-da-verba-para-investimentos-em-infraestrutura-em-10-anos-29082024/#:~:text=Bras%C3%ADlia-,Universidades%20federais%20perderam%2083%25%20da%20verba%20para,em%20infraestrutur%20em%2010%20anos>. Acesso em: 20 out. 2024.

COMPANS, Rose. **Empreendedorismo Urbano: entre o discurso e a prática**. São Paulo, Ed. UNESP, 2005.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 31–58. p. 381–404.

FLEURY, Sonia; PINHO, Carlos Eduardo Santos. **A desconstrução da democracia social e da cidadania urbana no Brasil**. Textos Para debates. N. 11. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra Ltda., 84a ed., 2019 [1970].

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra Ltda., 53a ed., 2022 [1967].

GONÇALVES, Juliana. **Sucateamento de universidades públicas no Brasil é parte de plano para privatizá-las**. Brasil de Fato. São Paulo: 14 dez. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/12/14/sucateamento-de-universidades-publicas-no-brasil-e-parte-de-plano-para-privatiza-las>. Acesso em: 20 nov. 2024.

HALL, P. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. 2o ed., 2011. São Paulo: Perspectiva.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2a ed., 2017.

JACQUES, Paola Berenstein. **Corpografias urbanas**. Vitruvius, Arquitextos ano 08, fev. 2008. Disponível em: <arquitextos 093.07: Corpografias urbanas | vitruvius> Acesso em: 05 mai. 2023.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil**. In: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 3a ed., 2002 [2000]. p. 121–192.

MIRAFTAB, Faranak. **Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South**. Planning Theory, 8(1), 32–50, 2009. Disponível em: <<https://doi-org.ez24.periodicos.capes.gov.br/10.1177/1473095208099297>> Acesso em: 04 nov.2022.

MORIN, Edgar. **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007 [2002].

MOTTA, Julia. **"Pacote de maldades": Professores do RJ anunciam greve contra medidas de Paes**. Revista Fórum. 26 nov. 2024. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/direitos/2024/11/26/pacote-de-maldades-professores-do-rj-anunciam-greve-contramedidas-de-paes-169916.html>> Acesso em 30 nov. 2024.

PORTAL UNICAMP. **Projeto de lei prevê cobrança de mensalidades em universidades públicas de São Paulo**. Portal Unicamp, São Paulo: 19 set. 2024. Disponível em: <<https://unicamp.br/noticias/2024/09/19/projeto-de-lei-preve-cobranca-de-mensalidades-em-universidade-publicas-de-sao-paulo/>> Acesso em: 20 nov. 2024.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015

ROVATI, J. F. **Urbanismo versus Planejamento Urbano**. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V.15, N.1, pp. 33 58, maio 2013.

SANCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó, Argos Editora da Unochapecó, 2ª Edição, 2004.

SANTOS, Milton. **As Cidades Mutiladas**. In: Júlio Lerner (editor), O Preconceito. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2022 [2000].

SHYMANSKY, S. **Introduction to a T-Shape for Product Designers**. Medium, **The edge of a void**. 2016. Disponível em: <<https://medium.com/the-edge-of-a-void/introduction-to-t-shaped-individuals-interdisciplinary-work-1d-b3a09c2aac>>. Acessado em 25 nov. 2024.

TENENTE, Luiza. **Universidades federais perdem, em 10 anos, 73% da verba para construir laboratórios, fazer obras e trocar computadores.** G1, 23 ago. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/08/23/universidades-federais-perdem-em-10-anos-73percent-da-verba-para-construir-laboratorios-fazer-obras-e-trocar-computadores.ghtml>> Acesso em: 20 out. 2024.

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil.** DEÁK, Csaba e SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). In: O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Fupam, Edusp, 1999, p.169-243.

ZIA, Ingrid C. A.; FREITAS, Simone R.; KLINK, Jeroen J. **A Educação sob a perspectiva do Planejamento Territorial.** CONINTER 3 - Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Salvador: UCSal, 8 a 10 de outubro de 2014, ISSN 2316-266X, n.3, v. 5, p. 491-508.

¹ O deputado estadual Leonardo Siqueira (Novo) protocolou, na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), o Projeto de Lei nº 672/2024, que prevê a implementação de mensalidades nas universidades públicas paulistas.

² bell hooks (1952 a 2021) é o pseudônimo escolhido pela professora, autora, teórica feminista, artista e ativista social estadunidense em homenagem a sua bisavó, reconhecendo sua ancestralidade como uma forma de sobrevivência. Ainda, ele é utilizado sempre em letras minúsculas para afirmar a potência do seu pensamento e de suas ideias, em superioridade de sua vida pessoal, ao assumir que seus escritos seriam mais importantes do que a pessoa que o escreveu. Tempero Drag. REINVENTAR O AMOR Mulheres F*D4: bell hooks. Canal do Youtube. 21 set. 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DGxCUhBuP14>>. Acesso em: 5 out. 2023.